



# **Mapeamento de Políticas Públicas de Apoio ao Microempreendedor Brasileiro**

RELATÓRIO DO ESTUDO DE 2019



# SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	3
PREFÁCIO	4
METODOLOGIA	5
LIMITES DA PESQUISA	5
PRINCIPAIS RESULTADOS	6
<b>A. VISÃO GERAL</b>	6
<b>B. PODER LEGISLATIVO</b>	10
1) FOCO DO PODER LEGISLATIVO	12
2) DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS POR ESTADOS E CAPITAIS	14
3) OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	15
4) LISTA DE INICIATIVAS DO PODER LEGISLATIVO	16
<b>C. PODER EXECUTIVO</b>	24
1) FOCO DO PODER EXECUTIVO	28
2) DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS POR ESTADO E CAPITAIS	30
3) OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	31
4) LISTA DAS INICIATIVAS DO PODER EXECUTIVO	32
<b>D. PODER JUDICIÁRIO</b>	36
1) FOCO DO PODER JUDICIÁRIO	38
2) DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS POR ESTADOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE JUSTIÇA	39
3) OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	40
4) LISTA DE INICIATIVAS DO PODER JUDICIÁRIO	41
CONCLUSÃO	44



# empre 360 ender

## **FICHA TÉCNICA**

### **BANK OF AMERICA**

Responsável pela área de Meio Ambiente, Social e Governança: Thiago Fernandes  
Coordenadora da área de Meio Ambiente, Social e Governança: Larissa Leme

### **ALIANÇA EMPREENDEDORA**

Diretora executiva: Lina Useche  
Coordenador do Empreender 360: Florian Paysan

### **REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Juliana Felicidade Armede

### **ANÁLISE DOS DADOS**

Inês Cristina Lemos de Souza

### **DIAGRAMAÇÃO**

Blanc.ag

# Prefácio

O estudo **Mapa do Apoio ao Microempreendedor Brasileiro**, publicado em 2017 pela Aliança Empreendedora e pelo Bank of America, levantou dados de mais de 600 organizações que trabalham no apoio aos empreendedores de baixa renda. Dentre essas organizações, somente 3,6% se identificaram como órgão público federal, estadual ou municipal. Apesar de representar uma porção pequena desse mapeamento, os órgãos públicos devem ser vistos como agentes fundamentais de inclusão econômica e social das

populações mais vulneráveis. Por isso, torna-se essencial conhecer melhor o tamanho desse ecossistema e a maneira como esses órgãos atuam. Deseja-se que, a partir desse conhecimento, seja possível criar mecanismos para potencializar o impacto e reduzir a distância entre o setor público e os demais atores do ecossistema empreendedor.

Com esse objetivo, o **Empreender 360** lança, em 2019, o **Mapeamento das Políticas Públicas de Apoio ao Microempreendedor Brasileiro**. Este estudo se

baseia em informações disponíveis nos sites oficiais dos órgãos públicos dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Foi possível identificar mais de 300 iniciativas originárias da União, do Distrito Federal e de 18 Estados brasileiros e suas respectivas Capitais. Apresenta-se, neste relatório, os principais resultados desse mapeamento.

*Desejamos a todos uma boa leitura e ficamos à disposição para compartilhar mais sobre o assunto.*

---

**Aliança Empreendedora &  
Bank of America**



# Metodologia

O escopo da pesquisa é a identificação de iniciativas de políticas públicas que sejam:

- 1) desenvolvidas pelo Poder Executivo - federal, estadual e municipal; ou
  - 2) proposições ou leis, incluindo decretos ou portarias do Poder Legislativo - federal, estadual e municipal; ou
  - 3) atividades que demonstrem a intenção das instituições do Poder Judiciário de apoiar o microempreendedorismo e o microcrédito no Brasil.
- O trabalho foi pautado em pesquisa digital nos portais oficiais dos três Poderes da

República Federativa do Brasil. A metodologia da pesquisa utiliza a busca por três palavras-chave: “microempreendedor”, “empreendedor” e “microcrédito”<sup>1</sup>. Tais palavras-chave foram escolhidas por serem nucleares do objeto da pesquisa e permitirem identificar quais informações e notícias são divulgadas ou realizadas pelos atores do poder público. Foram visitados e analisados sites de 175 instâncias da União e de 18 Estados e de suas respectivas capitais. Os registros obtidos se referem à comunicação presente nessas plataformas.

## **Limites da Pesquisa**

A pesquisa apresenta alguns resultados de ineficiência, seja pela ausência de informação ou pela ausência de transparência institucional. Em muitos casos não foram encontradas informações sobre as expressões pesquisadas e, em razão disso, foi realizada uma pesquisa dessas expressões de forma aberta em plataformas de buscas na internet.

<sup>1</sup> A busca pelo termo “microcrédito” se deve ao interesse do programa Empreender 360 nas soluções de crédito produtivo para empreendedores de baixa renda.



# **Visão Geral**

## **Principais Resultados**



Ao todo, foram identificados **319** registros que resultaram da busca das palavras-chave “microempreendedor”, “empreendedor” e “microcrédito” em sites oficiais de governo no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário das esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo órgãos independentes. O intervalo temporal escolhido para a pesquisa

foi de 2015 a 2019, exceto para o Poder Executivo. Neste caso, o intervalo temporal considerado foi de 2017 a 2019, o objetivo dessa alteração é identificar iniciativas que possam estar ainda em andamento na gestão atual. Na consolidação dos dados, usou-se o termo “iniciativas” para representar todas as Leis, Decretos e Projetos de Leis identificados no âmbito do

Poder Legislativo. Enquanto que, para os demais poderes, o termo “iniciativas” significa todas as ações descritas em notícias extraídas dos sites. Do total de iniciativas identificadas, 124 estão no âmbito do Poder Legislativo, 162 no Poder Executivo e 33 no Poder Judiciário, incluindo órgãos como o Ministério Público e Defensoria Pública. O Gráfico 1 apresenta a distribuição desse resultado.

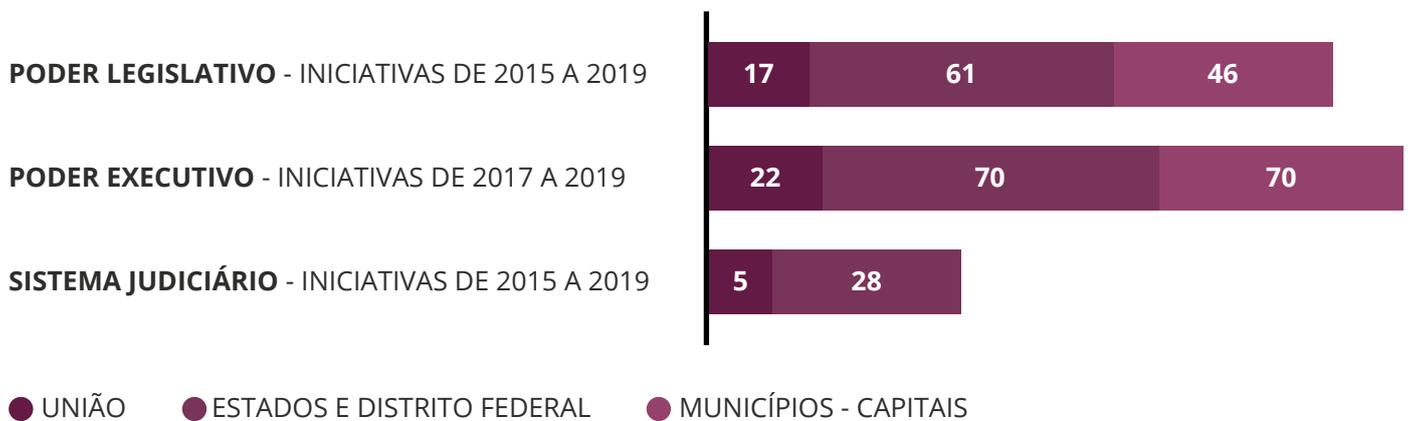


Gráfico 1. Total de iniciativas identificadas no âmbito dos três poderes.

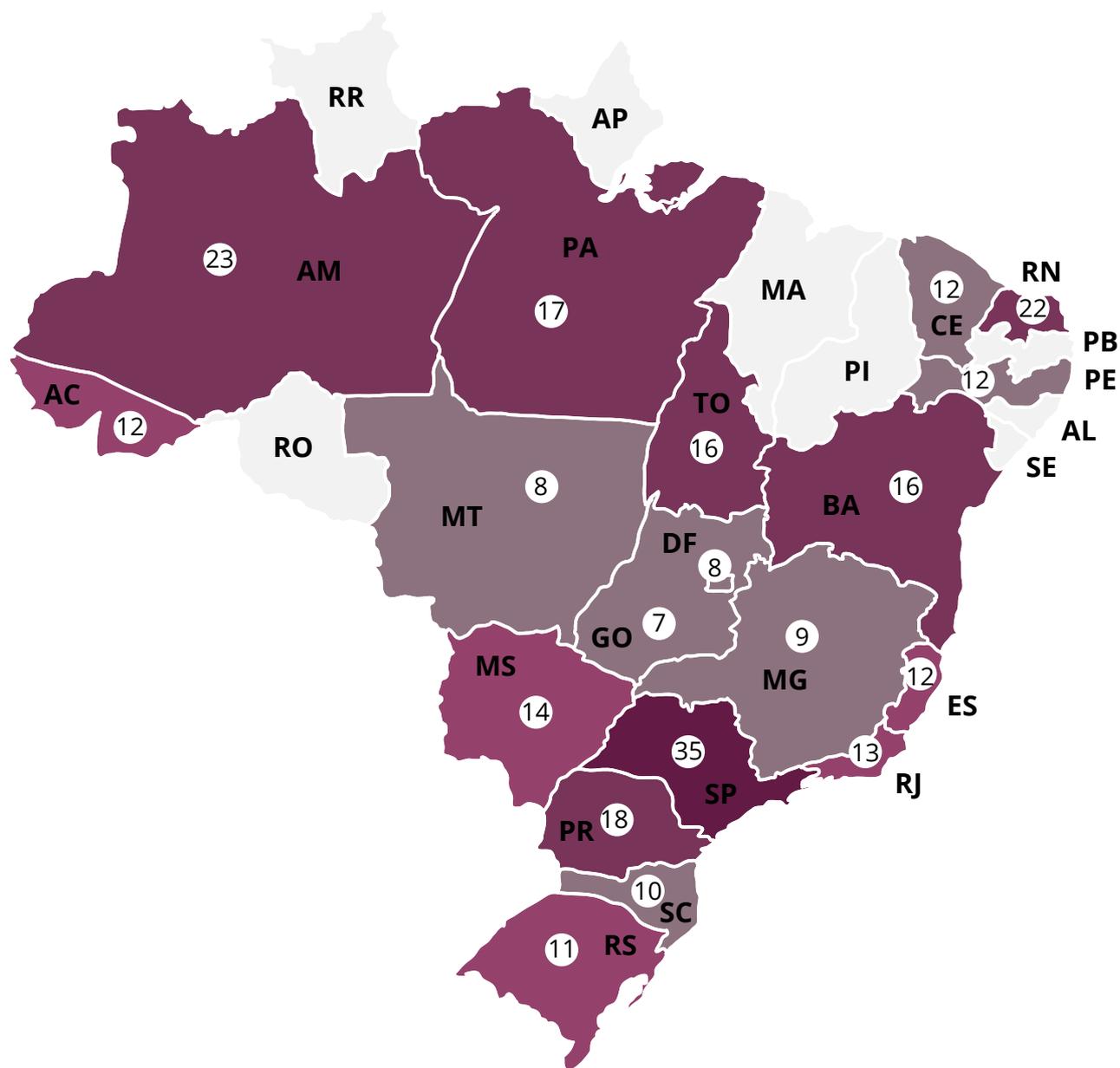
No **Gráfico 1**, verifica-se que, dentre os três poderes, o Executivo é o que mais se destaca em número de iniciativas, mesmo considerando um intervalo

de tempo menor no momento da busca. Observa-se também que existe uma equivalência no número de iniciativas apresentadas pelos estados e por suas

capitais, fato que pode estar associado ao equilíbrio político-administrativo na atuação local de apoio ao empreendedorismo.



Para uma visualização detalhada da atuação no âmbito dos três poderes, o mapa a seguir apresenta o total de iniciativas identificadas por estado.



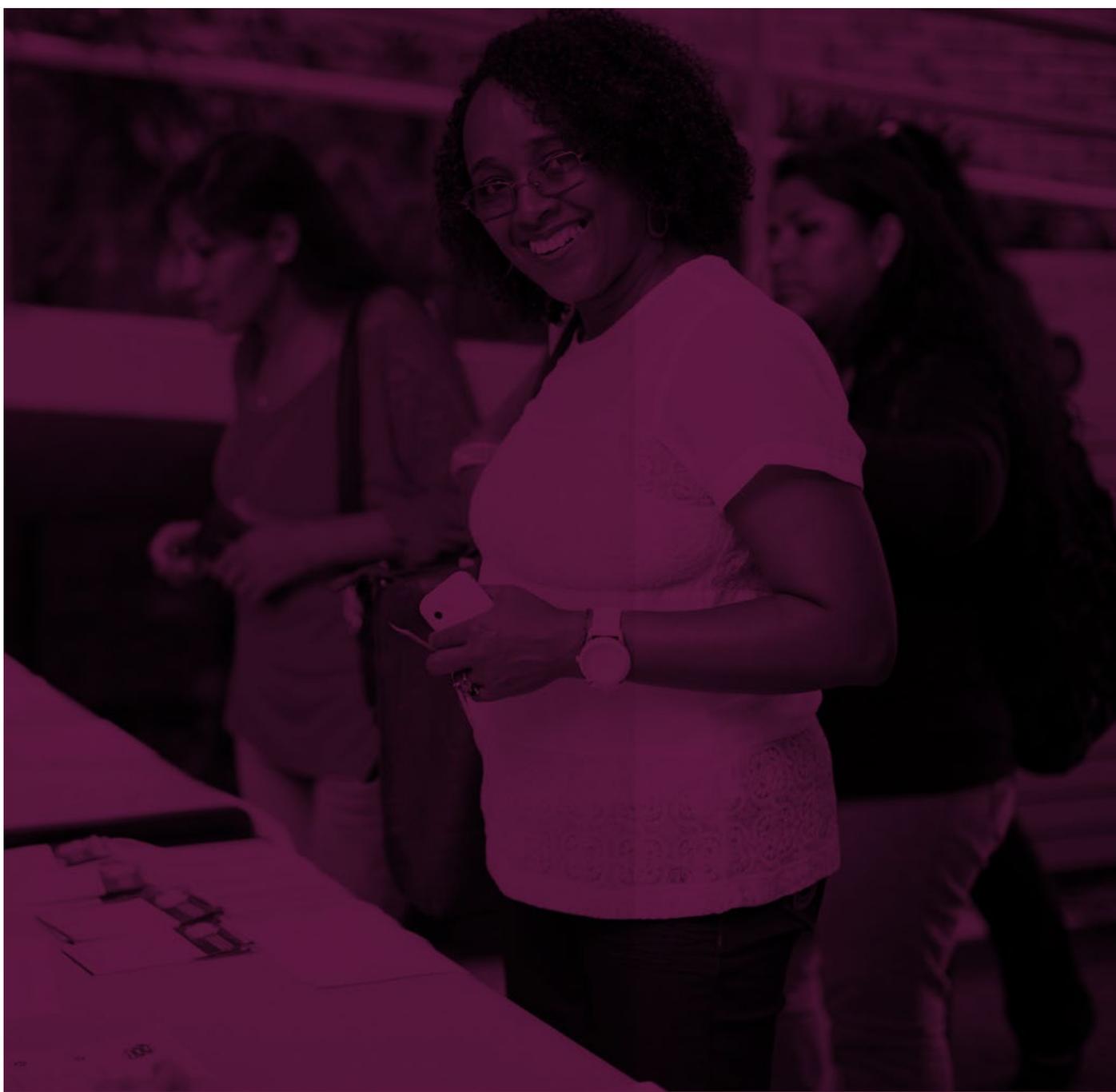
Mapa 1. Total de iniciativas dos Estados, Distrito Federal e capitais.



De acordo com o **Mapa 1**, o estado de São Paulo apresenta o maior número de iniciativas (35), o que pode ser justificado, a priori, por se tratar do estado com maior concentração de empreendedores do Brasil.

Contudo, estados da região Norte e Nordeste aparecem também em destaque, apesar de possuírem uma população empreendedora proporcionalmente menor. Esses resultados indicam a necessidade de

uma investigação mais aprofundada sobre o ecossistema em regiões específicas do país. Apresenta-se, a seguir, uma análise mais detalhada dos resultados obtidos.





**Poder  
Legislativo**



O Poder Legislativo brasileiro, nos termos da Constituição Federal de 1988, se organiza de forma federativa, tendo sua organização quatro dimensões, chamadas de entes federativos, cada um com responsabilidades distintas. O Poder Legislativo está organizado da seguinte forma:

- **União/Congresso Nacional, composta pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados**
- **Estados, compostos por Assembleias Legislativas;**
- **Distrito Federal, composto pela Câmara Legislativa.**
- **Municípios, compostos pelas Câmaras Municipais;**

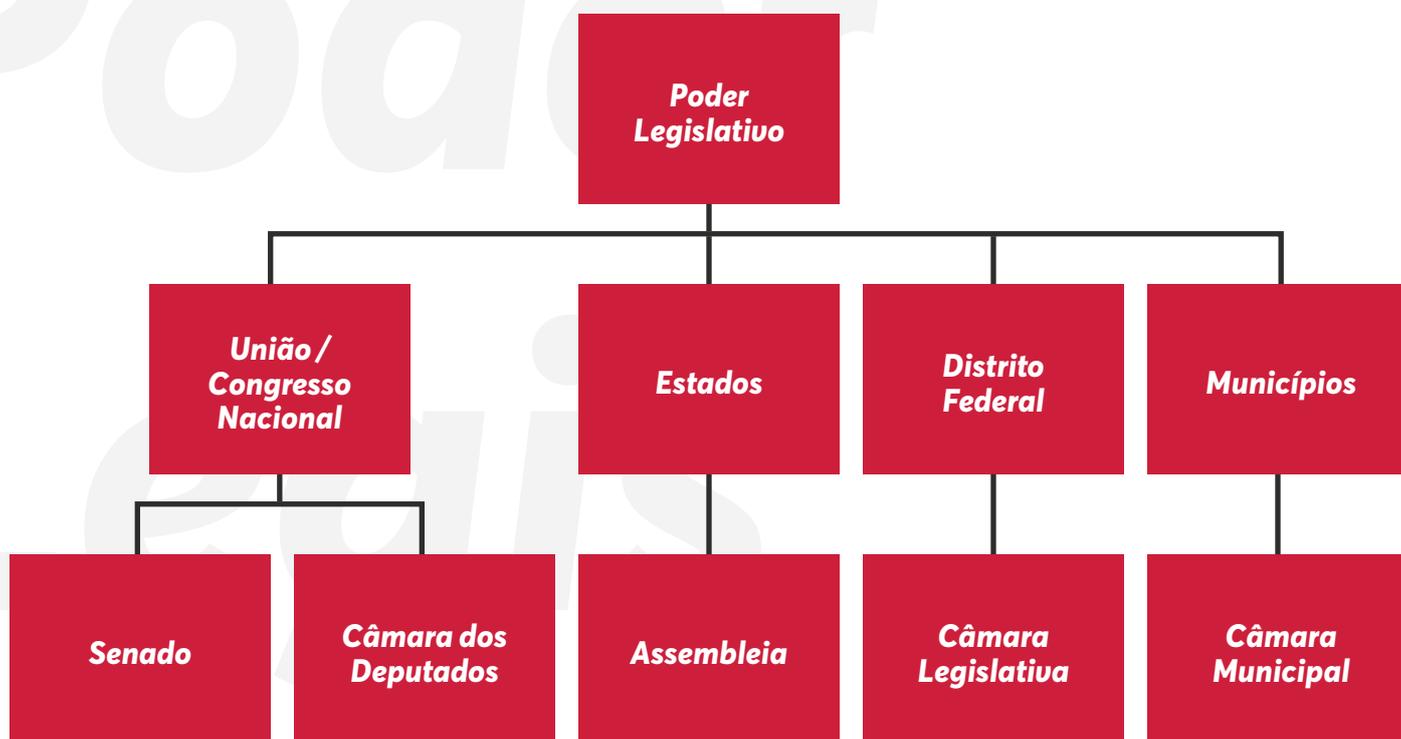


Figura 1. Organograma do Poder Legislativo brasileiro.

A pesquisa destaca informações públicas em sites oficiais das instituições que compõem a estrutura administrativa de cada um dos entes federativos. Foram identificadas **124 iniciativas distribuídas em Leis, Decretos e Projetos de Leis**, podendo ser consideradas como registros de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo. A análise desses registros será discutida nos próximos tópicos.

## 1) Foco do Poder Legislativo

Com o propósito de identificar o foco das políticas públicas registradas na pesquisa, realizou-se uma classificação usando o modelo de

Lundström e Stevenson (2005)<sup>1</sup>. Adaptou-se<sup>2</sup> esse modelo para permitir a divisão das políticas públicas em seis dimensões: cultura empreendedora, educação empreendedora,

financiamento, apoio a grupos específicos, infraestrutura pública e tecnologia e inovação. O foco dessas dimensões está detalhado no **Quadro 1**.

Dimensão	Foco
<b>CULTURA EMPREENDEDORA</b>	Valorização do microempreendedor; eliminação de barreiras, burocracia
<b>EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA</b>	Difusão do empreendedorismo no sistema educacional e preparação de estudantes para a carreira empreendedora; capacitação
<b>FINANCIAMENTO</b>	Disponibilização de microcrédito e outros mecanismos de financiamento.
<b>APOIO A GRUPOS ESPECÍFICOS</b>	Suporte ao empreendedorismo em grupos sub-representados politicamente ou considerados prioritários (mulheres, microempreendedores, afrodescendentes, agricultores, profissionais liberais, etc.)
<b>INFRAESTRUTURA PÚBLICA</b>	Investimento na infraestrutura pública necessária ao desenvolvimento do empreendedorismo
<b>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	Desenvolvimento de novas tecnologias, inovação ou melhorias de processos

Quadro 1. Modelo adaptado de Lundström e Stevenson (2005).



O foco das políticas públicas em cada uma das dimensões do modelo, como indicado no parágrafo anterior, é apresentado no gráfico a seguir:

<sup>1</sup> Lundström e Stevenson (2005). Entrepreneurship Policy: Theory and Practice, 2005.

<sup>2</sup> Modelo adaptado e estudado por Bezerra E. et al. Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil: Levantamento e Análise. Publicado nos Anais VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Goiânia, março 2014.

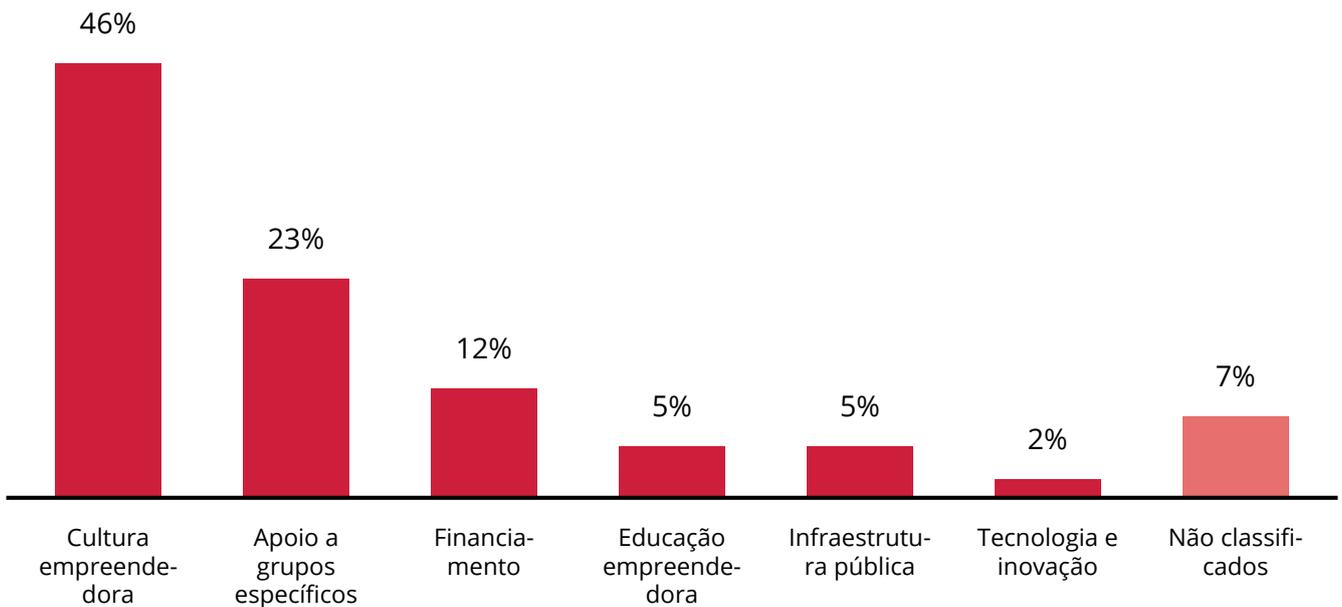


Gráfico 2. Classificação das iniciativas do Poder Legislativo.

Conforme indica o **Gráfico 2**, o foco do Poder Legislativo no país é “Cultura empreendedora” (46%), ou seja, priorizar ações para valorização do microempreendedor, bem como a eliminação de barreiras e burocracia.

Políticas públicas com foco no “Apoio a grupos específicos” (23%), como mulheres, MEIS ou empreendedores negros, aparecem em seguida. No entanto, percebe-se menor atenção das políticas públicas a temas como “Financiamento” (12%), como apoio ao

microcrédito, ou “Educação empreendedora” (5%). Estas são dimensões prioritárias para o Empreender 360 por serem mais fáceis de implementar para apoiar a geração de renda, principalmente para a população mais vulnerável.

Das 124 iniciativas registradas, a maioria está ainda na fase de Projeto de Lei, isto é, está em tramitação esperando para tornar-se Lei de fato, conforme mostra o **Gráfico 3**.

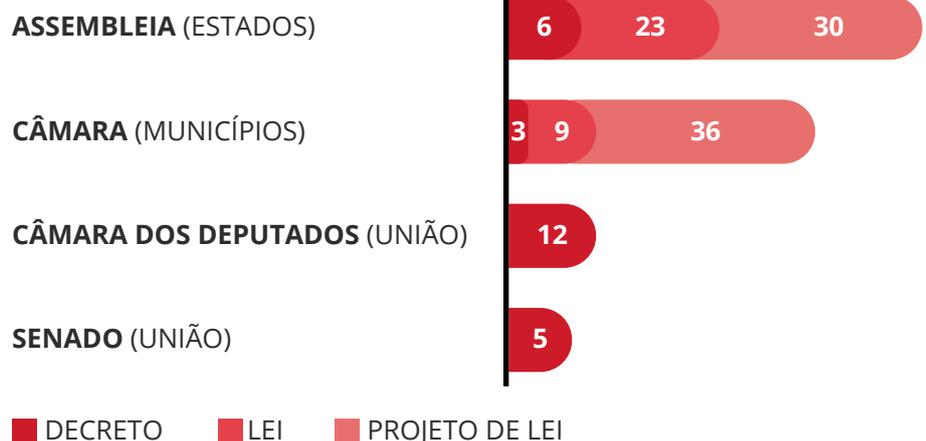


Gráfico 3. Tipos de iniciativas do Poder Legislativo.





### **3) Oportunidades identificadas**

A partir das análises, é possível recomendar ações e pesquisas futuras que, potencialmente, ampliarão as atividades do Poder Legislativo e o seu impacto no apoio aos microempreendedores brasileiros. São elas:

- a) Propor leis com foco em Tecnologia e Inovação e Educação Empreendedora, principalmente para as comunidades e população de acesso às soluções tradicionais dessas temáticas;**
- b) Pesquisar, de forma aprofundada, o processo de efetivação das leis e decretos, principalmente no âmbito da União, com o objetivo de facilitar a produção de iniciativas em escala nacional;**
- c) Realizar mapeamento de Frentes Parlamentares e de Comissões Permanentes e Especiais que possam debater os temas de interesse sobre microcrédito e microempreendedor;**
- d) Cadastrar e acompanhar as matérias legislativas online: em alguns parlamentos, é possível fazer o acompanhamento das proposições legislativas por meio do sistema "push" onde o acesso ao andamento do processo legislativo é encaminhado diretamente aos e-mails cadastrados."**





#### 4) Lista de iniciativas do Poder Legislativo

Para referência e inspiração, a seguir, apresenta-se uma amostra das iniciativas do Poder Legislativo identificadas neste estudo.

Quadro 2 - Exemplos de iniciativas do Poder Legislativo

TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei do Senado 446/2017	União	Senado	Cultura empreendedora	Possibilita o cadastro de servidores públicos, que não exercem atividade de dedicação exclusiva, como microempreendedores individuais.
Projeto de Lei do Senado 220/2018	União	Senado	Apoio a grupos específicos	Possibilita aos profissionais que desenvolvem prestação de serviço de análise e suporte tecnológico e design cadastrarem-se como microempreendedores individuais.
Projeto de Lei 3089/2015	União	Câmara Dos Deputados	Financiamento	Altera a lei de operações de crédito para microempreendedores de baixa renda visando priorizar o acesso a crédito para mulheres que sejam responsáveis pelo núcleo familiar, bem como revisa o percentual de juros em razão de créditos dados a essa categoria de microempreendedor.
Projeto de Lei 4405/2016	União	Câmara Dos Deputados	Financiamento	Veda às instituições financeiras ligadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado limitar acesso ao crédito em decorrência da condição etária de pessoa idosa.
Projeto de Lei Complementar 372/2017	União	Câmara Dos Deputados	Cultura empreendedora	Prevê a inclusão de duas categorias de atividade empresarial como microempreendedor individual (comércio e processamento de natureza extrativistas e tradutores).
Projeto de Lei Complementar 104/2019	União	Câmara Dos Deputados	Apoio a grupos específicos	Permite que youtubers e influenciadores digitais cadastrem-se como microempreendedores individuais.
Projeto de Lei 900/2019	União	Câmara Dos Deputados	Apoio a grupos específicos	A exemplo do projeto de lei do Senado 372/2017, possibilita a inscrição de farmacêuticos como microempreendedores individuais para fins de serviço em redes farmacêuticas.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 1506/2019	União	Câmara Dos Deputados	Apoio a grupos específicos	Cria uma gradação percentual para que pessoas com deficiência possam continuar a receber o benefício da prestação continuada, mesmo exercendo atividade empresarial como microempreendedor individual.
Lei 1.462/2002	Acre	Assembleia	Financiamento	Programa de Microcrédito para o Estado do Acre.
Projeto de Lei 183/2019	Amazonas	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte, às Sociedades Cooperativas, aos Agricultores Familiares, aos Produtores Rurais, Pessoa Física e aos Microempreendedores Individuais nas Contratações Públicas realizadas no âmbito da Administração Estadual.
Projeto de Lei 368/2017	Manaus	Câmara	Apoio a grupos específicos	Regulamenta a atividade de Táxi, tendo a proposta a execução através de motoristas autônomos.
Projeto de Lei 369/2017	Manaus	Câmara	Apoio a grupos específicos	Regulamenta a atividade de Mototáxi, tendo a proposta a execução por meio de formação associativa ou cooperativa dos prestadores de serviço.
Projeto de Lei 76/2017	Manaus	Câmara	Educação empreendedora	Cria a disciplina de empreendedorismo para o Ensino Fundamental no âmbito municipal.
Projeto de Lei 219/2017	Manaus	Câmara	Tecnologia e inovação	Banco de Ideias para organizar propostas da sociedade para aproveitamento em iniciativas Públicas.
Projeto de Lei 12/2018	Manaus	Câmara	Infraestrutura pública	Distrito de Micro e Pequenas Empresas em Manaus - DIMICRO. Trata-se de infraestrutura e de gestão administrativa voltada fomentar a atividade econômica.
Projeto de Lei 47/2019	Manaus	Câmara	Apoio a grupos específicos	Regulamenta a atividade de transporte que utiliza plataforma digital para localizar prestador de serviço individual.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 123/2019	Manaus	Câmara	Apoio a grupos específicos	Propõe a inclusão de mulheres vítimas de violência em programa de trabalho e geração de renda.
Projeto de Lei 21.690/2015	Bahia	Assembleia	Educação empreendedora	Inclui na Grade Curricular das Escolas Estaduais do Estado da Bahia a Disciplina Empreendedorismo.
Projeto de Lei 22.133/2017	Bahia	Assembleia	Cultura empreendedora	Dia Estadual do Empreendedorismo.
Projeto de Lei 22.675/2017	Bahia	Assembleia	Tecnologia e inovação	Política Estadual de Incentivo ao Empreendedorismo, ao Desenvolvimento Industrial e às Novas Tecnologias.
Projeto de Lei 23.212/2019	Bahia	Assembleia	Cultura empreendedora	Programa "Município Empreendedor" no estado da Bahia, a ser desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em conjunto com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.
Projeto de Lei 23.271/2019	Bahia	Assembleia	Cultura empreendedora	Dia Estadual do Empreendedorismo.
Projeto de Lei 112/2019	Salvador	Câmara	Cultura empreendedora	Visa promover mutirões de formalização, divulgar como promover a abertura de microempresas, bem como criar canais de atendimento para quem quer formalizar sua atividade.
Lei 15.306/2013	Ceará	Assembleia	Cultura empreendedora	Estatuto do Microempreendedor.
Projeto de Lei 1705/2013	Distrito Federal	Câmara	Cultura empreendedora	Cria o Dia Distrital do Microempreendedor.
Projeto de Lei 9/2015	Distrito Federal	Câmara	Cultura empreendedora	Cria tratamento diferenciado para microempresas em eventos realizados pelo poder público, como a redução ou isenção de pagamento para reserva de stand em feiras.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 77/2019	Espírito Santo	Assembleia	Cultura empreendedora	Cria o Plano Estadual de Desburocratização - Empreenda Fácil, com o objetivo de simplificar e acelerar os processos de abertura, licenciamento e fechamento de empresas, e melhorar o ambiente empreendedor do Estado.
Projeto de Lei 253/2019	Espírito Santo	Assembleia	Educação empreendedora	Cria o Plano Estadual de Educação Empreendedora, para inserção de disciplina ligada ao empreendedorismo nas escolas de ensino médio no âmbito do Estado do Espírito Santo.
Projeto de Lei 249/2019	Espírito Santo	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Cria uma cota de, pelo menos, 30% dos recursos destinados à alimentação escolar pública, da rede de ensino, para aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente, oriundos da agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.
Projeto de Lei 221/2017	Vitória	Câmara	Cultura empreendedora	Propõe exclusividade para que as compras públicas adquiram bens ou serviços de microempreendedores.
Lei 10497/2017	Mato Grosso	Assembleia	Financiamento	Dispõe sobre os limites de aplicabilidade, condições de empréstimos, atualização financeira e critérios de operacionalização de Financiamento ao Microempreendedor - Microcrédito, financiado pelo Fundo Estadual de Amparo ao Trabalhador. O financiamento visa atender pedidos de até vinte mil reais feitos por associações e cooperativas familiares.
Projeto de Lei 303/2015	Minas Gerais	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Regula a atividade de ornitocultura (venda de aves silvestres), propondo mecanismos de controle comercial, ambiental e de criação e reprodução.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 1030/2015	Minas Gerais	Assembleia	Cultura empreendedora	Criação da Política de Inclusão Produtiva de Minas Gerais: abrange ações que visam à inclusão produtiva, por meio do assessoramento, do apoio à infraestrutura e sustentabilidade das atividades e da qualificação profissional dos empreendedores individuais e empreendimentos familiares e coletivos, visando o fomento e a ampliação das atividades produtivas no Estado.
Lei 10.936/2016	Belo Horizonte	Câmara	Cultura empreendedora	Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa, à empresa de pequeno porte, ao microempreendedor individual. A lei dispõe sobre incentivos e regras de gerenciamento, incluindo cooperativas e associações que desenvolvam atividades no município de Belo Horizonte.
Lei 8417/2016	Pará	Assembleia	Cultura empreendedora	Cria o Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Projeto de Lei 100/2017	Belém	Câmara	Infraestrutura pública	Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar que, entre outras iniciativas, visa fomentar o consumo de bens alimentícios regionais e produzidos por meio de agricultura familiar.
Lei 18615/2016	Paraná	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor.
Lei 18856/2016	Paraná	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Institui o Dia da Mulher Empreendedora.
Projeto de Lei 005.00005/2018	Curitiba	Câmara	Cultura empreendedora	Cria preferência para que licitações Públicas contratarem microempreendedores.
Decreto 42.679/2015	Pernambuco	Assembleia	Cultura empreendedora	Institui a Feira Estadual e a Feira Regional de Economia Solidária, que afirma o desenvolvimento do empreendedorismo informal e a reserva de, pelo menos, 15% de espaço nas Feiras para atividades de empreendedorismo.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 21/2019	Pernambuco	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de aquicultura, destacando mecanismos de licenciamento para empreendedorismo de forma simplificada.
Projeto de Lei 116/2019	Pernambuco	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Cria a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar de Pernambuco.
Projeto de Lei 180/2019	Pernambuco	Assembleia	Financiamento	Cria o Fundo Estadual do Trabalho e a Política de Trabalho, Emprego e Renda, dispondo sobre o fomento do Microcrédito e do microempreendedorismo.
Projeto de Lei 43/2015	Rio de Janeiro	Assembleia	Financiamento	Cria o Programa de Fomento e Incentivo ao Microcrédito.
Lei 7.039/2015	Rio de Janeiro	Assembleia	Financiamento	Amplia as atividades do Fundo UPP Empreendedor, antes vinculado à comunidades pacificadas, para atendimento de microempreendedores em todo o Estado.
Projeto de Lei 142/2017	Rio de Janeiro	Câmara	Apoio a grupos específicos	Regulamenta a atividade de camelô, a inclusão dessa atividade, de forma regularizada, através do modelo de microempreendedor individual.
Projeto de Lei 344/2017	Rio de Janeiro	Câmara	Apoio a grupos específicos	Inclui na Lei Municipal 492 de 04 de janeiro de 1994 (que regulamenta a atividade de feirantes em feiras livres), a autorização para que feirantes possam realizar formalização no modelo empresarial de microempreendedor, com exclusão de obrigação de emissão de nota fiscal a consumidor Pessoa Física.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Lei 9931/2015	Rio Grande Do Norte	Assembleia	Financiamento	Cria a Política de Turismo, dispondo de regras para a criação de linhas de financiamento para microempresas, tratamento administrativo e fiscal diferenciado, garantia de apoio técnico à microempresas, criação de roteiros temáticos que incentivem e induzam as microempresas.
Lei 10135/2016	Rio Grande Do Norte	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Cria o Selo Sabor Potiguar, que qualifica produtos regionais produzidos no Estado (carne, queijo e derivados).
Lei 10230/2017	Belo Horizonte	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Regula a produção e comercialização artesanal de queijos e manteigas.
Projeto de Lei Complementar	Natal	Câmara	Cultura empreendedora	Propõe o tratamento diferenciado para microempresas e cria uma política pública de desenvolvimento econômico voltada para microempresas. O objetivo é organizar tanto as regras de fomento à microempresas, como a sua gestão administrativa e fiscal.
Lei 11.212/2012	Porto Alegre	Câmara	Cultura empreendedora	Cria as regras de funcionamento das atividades de microempresas, com tratamento diferenciado, visando estímulo ao crédito, facilidade de registro e tolerância quanto à fiscalização e adequação às regras locais.
Projeto de Lei 02041/2017	Florianópolis	Câmara	Educação empreendedora	Cria o Prêmio Jovem Empreendedor em várias frentes de atuação, como no varejo, comércio, indústria, terceiro setor, entre outros.
Projeto de Lei 17023/2017	Florianópolis	Câmara	Educação empreendedora	Inclui como disciplina curricular das escolas municipais conteúdo sobre empreendedorismo.
Projeto de Lei 894/2015	São Paulo	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Que cria o Programa Estadual de Afroempreendedorismo, dispondo de ações para a ampliação do empreendedorismo em comunidades quilombolas, bem como outras ações voltadas à formação técnica e à criação de uma rede de Microempreendedores Afrodescendentes.



TIPO DE INICIATIVA	ESFERA	COMPETÊNCIA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
Projeto de Lei 815/2016	São Paulo	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedor Negro e Negra. O projeto foi apensado e tramita em conjunto ao projeto de lei 894 de 2015, em regime de urgência.
Projeto de Lei 365/2018	São Paulo	Assembleia	Apoio a grupos específicos	Cria a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento de atividades em diferentes locais onde há comunidades quilombolas, áreas de conservação e comunidades de pescadores.
Projeto de Lei 29/2017	São Paulo	Câmara	Infraestrutura pública	Para criar o Programa "Poupatempo Municipal do Empreendedor" e dá outras providências, buscando facilitar o processo de abertura administrativa para microempreendedores.
Projeto de Resolução 14/2017	São Paulo	Câmara	Infraestrutura pública	Cria a Frente Parlamentar do Empreendedorismo e de Defesa das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais e das Cooperativas.
Projeto De Lei 193/2017	São Paulo	Câmara	Cultura empreendedora	Inclui a presença do microempreendedor nas regras fiscais e administrativas para a venda de comida de rua.
Projeto de Lei 810/2017	São Paulo	Câmara	Cultura empreendedora	Cria o Programa Bairro Empreendedor, que visa promover atividades e financiamento nos bairros da cidade.
Projeto de Lei 336/2018	São Paulo	Câmara	Educação empreendedora	Cria o Programa Municipal de Fomento do Forró, incluindo a formação e formalização de profissionais do forró por meio de cursos de empreendedorismo.
Projeto De Lei 130/2019	São Paulo	Câmara	Cultura empreendedora	Modifica a Lei 14.491/2007 para permitir que o motofrete possa ser desenvolvido por microempreendedor individual e cooperativas.
Lei 2.425/2018	Palmas	Câmara	Financiamento	Dispõe sobre acesso a Microcrédito por meio do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Solidária para o ano de 2019.



***Poder  
Ejecutivo***



O Poder Executivo brasileiro, nos termos da Constituição Federal de 1988, se organiza de forma federativa, sendo essa forma chamada de Organização Político-Administrativa, e ela acontece em quatro dimensões: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Veja abaixo a representação dessa estrutura:

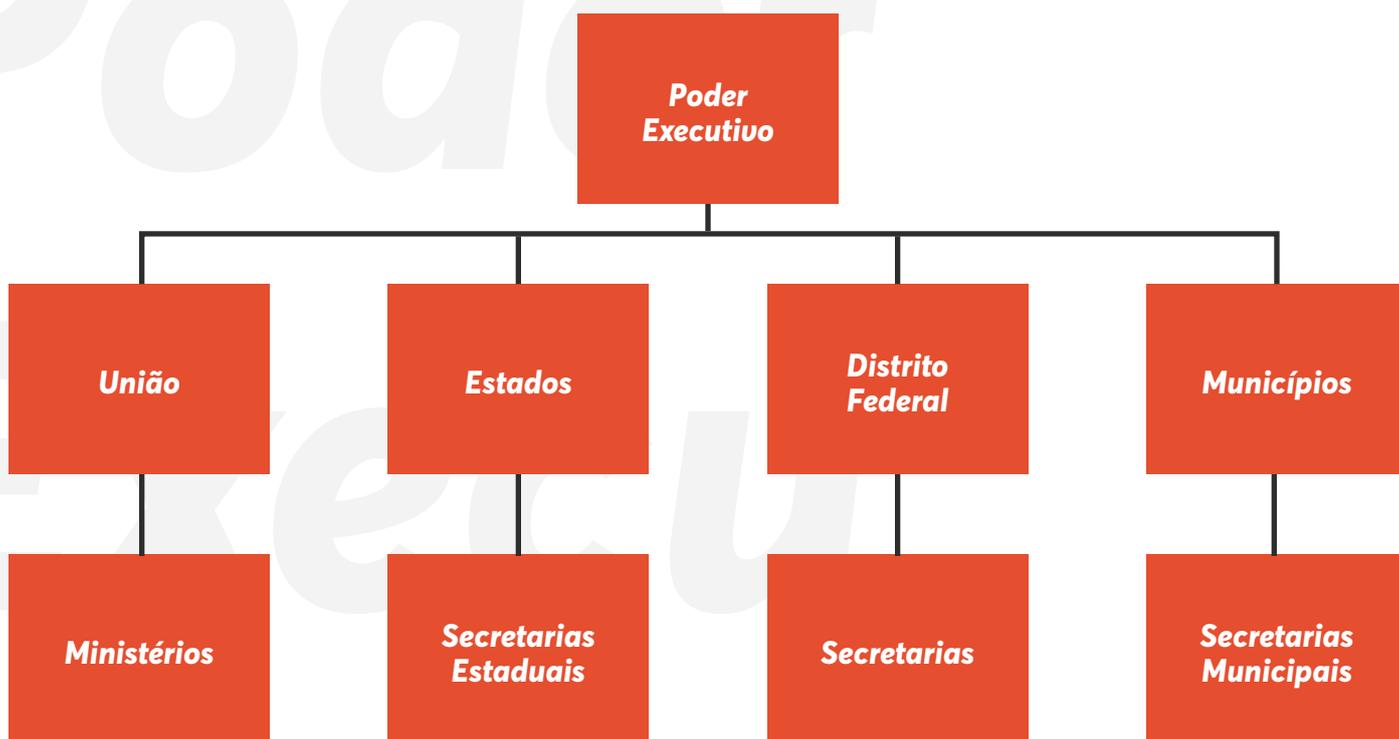


Figura 2. Organograma do Poder Executivo.

No Poder Executivo, cada uma das dimensões da Organização Político-Administrativa apresenta uma estrutura própria de Secretarias, Fundos, Institutos, etc. Portanto, deve-se considerar que as instâncias administrativas

são diferentes em cada um dos entes federativos. A pesquisa permitiu identificar quais dessas instâncias administrativas diretas (secretarias de governo, conselhos, comissões, fundos públicos) e indiretas (universidades, bancos,

empresas públicas, autarquias) atuam com as temáticas estudadas: microempreendedorismo e microcrédito. Os gráficos a seguir elencam quais são essas instâncias e em quantos estados e capitais elas estão presentes.

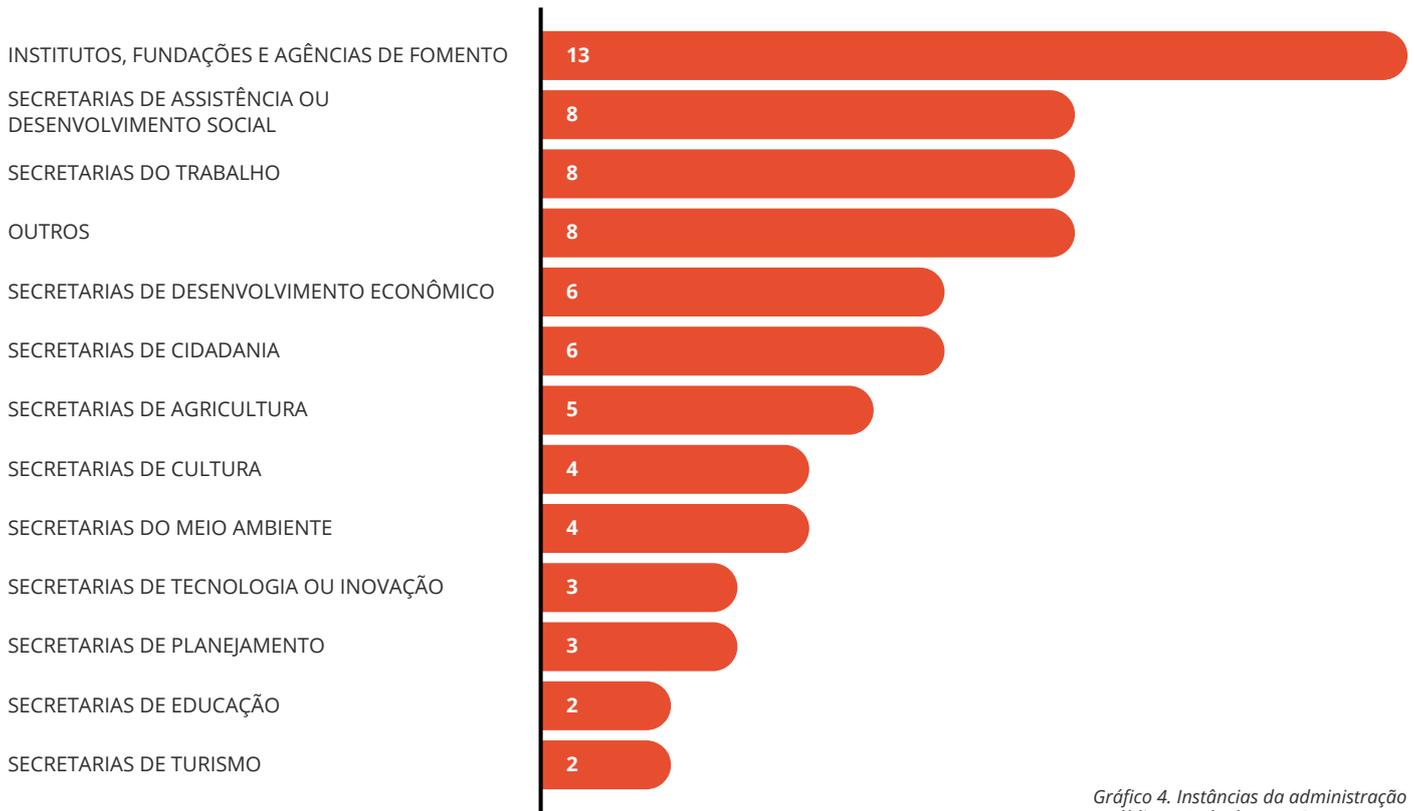


Gráfico 4. Instâncias da administração pública estadual versus Presença nos estados



Gráfico 5. Instâncias da administração pública municipal versus Presença nos municípios.



Os **Gráficos 4 e 5** apresentam as instâncias administrativas estaduais e municipais que retornaram informações contendo os termos “microcrédito”, “microempreendedor” e “empreendedor” buscados em seus sites oficiais. O Gráfico 4 revela que, dos 18 estados pesquisados, 13 deles possuem institutos, fundações ou agências que atuam no fomento ao empreendedorismo. No entanto, quando analisadas as instâncias nas capitais desses estados (Gráfico 5), percebe-se que

a quantidade de institutos, fundações ou agências diminui para 3. Este dado pode representar pouco investimento na infraestrutura municipal de fomento ao empreendedorismo. Assim, é possível afirmar que há espaço para se ampliar a estrutura pública, principalmente no âmbito municipal, com a finalidade de reduzir a distância entre os atores do ecossistema empreendedor.

É importante destacar que, nos Gráficos 4 e 5, o termo “outros” representa instâncias como bancos e

empresas públicas. Em ambas esferas administrativas, essas instâncias possuem pouca representatividade nas ações de apoio ao microempreendedorismo.

Com relação às iniciativas, a pesquisa destacou as informações publicadas nos sites oficiais das instituições que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo. A busca realizada nas plataformas do governo teve como estratégia a inclusão das terminologias em links de acesso a notícias.



## 1) Foco do Poder Executivo:

Para identificar o foco de atuação do Poder Executivo realizou-se uma classificação dos recortes de notícias registrados no relatório da pesquisa.

O processo de classificação inclui a identificação de palavras-chave que remetem ao tema dos desafios relatados por microempreendedores na **Carta de Soluções da Aliança Empreendedora (2017 e 2018)**, de forma a avaliar melhor a relação entre as necessidades do mercado e as soluções ofertadas pelo poder público. São eles:

- **Oferta de apoio especializado, que dialogue com os desafios e peculiaridades de grupos prioritários;**
- **Incubadoras e aceleradoras focadas no apoio a pequenos negócios iniciados por empreendedores de baixa renda;**
- **Oferta e acesso a crédito para microempreendedores;**
- **Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores;**
- **Ampliação do impacto e escala das organizações apoiadoras;**
- **Apoio à inovação de produtos e serviços;**
- **Acesso à formação técnica;**
- **Apoio para planejar o futuro do negócio.**

Analisando os resultados, no **Gráfico 6** ao lado, é possível afirmar que o foco majoritário de atuação do Poder Executivo está relacionado com o desafio “Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores” (31% das 162 iniciativas mapeadas). Um exemplo da atuação do Poder Executivo é a criação

de centros de atendimento para microempreendedores. Voltando ao **Gráfico 6**, em segundo lugar, aparecem as ações de “Oferta e acesso a crédito”. Importante destacar que o percentual de iniciativas do Poder Executivo (21%) nesse segundo foco é quase o dobro do percentual de políticas públicas do Poder

Legislativo (12%) em uma dimensão comparável (Financiamento), como apresentado no Gráfico 2. Essa diferença indica que o Poder Executivo tem uma maior preocupação com a oferta de financiamento a microempreendedores, quando comparado ao Poder Legislativo.

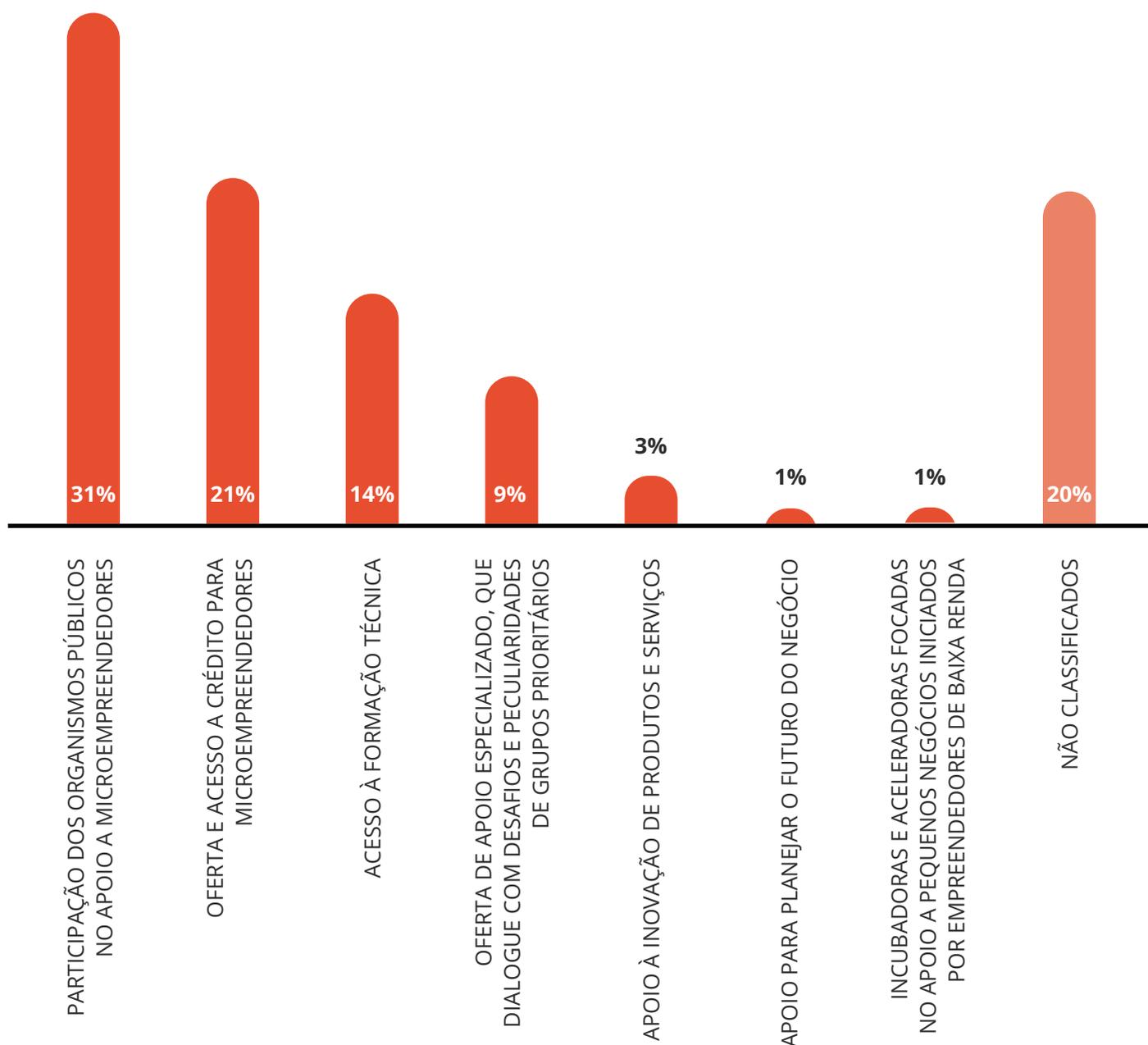


Gráfico 6. Classificação das iniciativas do Poder Executivo.

A análise do **Gráfico 6** também permite constatar que há pouquíssimas iniciativas para solucionar desafios como o “Apoio à inovação de produtos e serviços” (3%), bem como do “Apoio para planejar o futuro do negócio” (1%) e

“Incubadoras e aceleradoras focadas no apoio a pequenos negócios iniciados por empreendedores de baixa renda” (1%). Criar soluções que contribuam para resolver esses desafios é um ponto a ser melhor explorado pelo ecossistema de apoio

ao microempreendedor. Atuar nesses tópicos pode ampliar o diferencial dos microempreendedores e promover a melhoria de produtos, processos, sistemas ou de prestação de serviços.



## 2) Distribuição de iniciativas por estado e capitais:

Das 162 iniciativas identificadas, apenas 20 pertencem à União, indicando uma forte atuação do setor público nas esferas estaduais e municipais. Conclui-se que os estados e municípios pesquisados demonstram maior responsabilidade no fomento ao empreendedorismo no país. Esse resultado é apresentado no **Gráfico 7**.

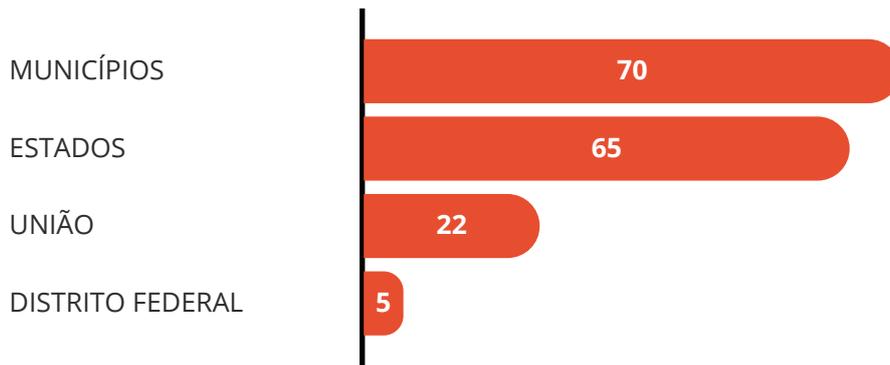
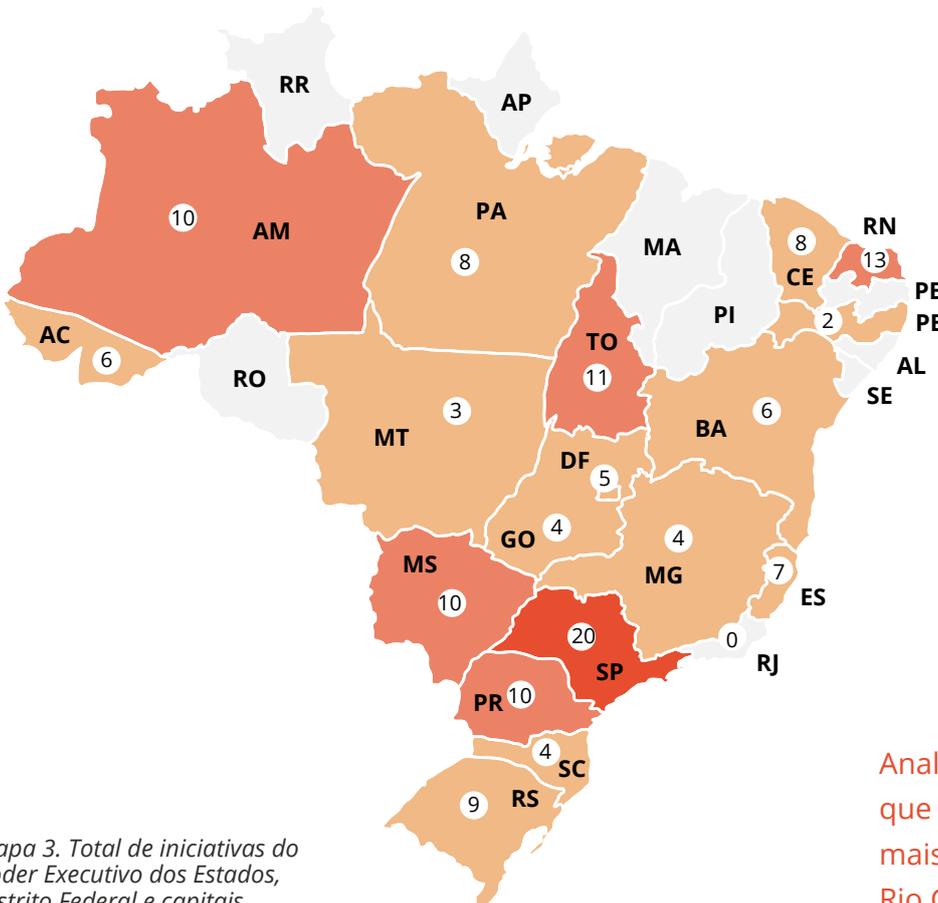


Gráfico 7. Concentração das iniciativas

O mapa, a seguir, apresenta a distribuição das iniciativas por estado.



Mapa 3. Total de iniciativas do Poder Executivo dos Estados, Distrito Federal e capitais.

Analisando o **Mapa 3**, verifica-se que o estado de São Paulo registra mais ações, seguido pelos estados Rio Grande do Norte e Tocantins.



### 3) Oportunidades identificadas

Com base nas informações extraídas da pesquisa, é possível recomendar algumas ações e tópicos para estudos futuros que possam apoiar as atividades do Poder Executivo e, conseqüentemente, ampliar o seu impacto. São elas:

- a) Mapeamento das instituições financeiras, agências de fomento, fundos públicos e privados visando identificar quais fontes e quais diretrizes de gestão pública orientam o funcionamento dessas instâncias de fomento de microcrédito;**
- b) Diálogo com as Escolas de Governo, autarquias existentes em todas as instâncias federativas, que respondem por cursos de formação e produção de conhecimento para gestores públicos;**
- c) Elaboração de Propostas de Manifestação de Interesse (possibilidade disposta na Lei Federal 13.019/2014), visando o estímulo a programas e projetos, bem como editais de Fundos Públicos, sobre temáticas voltadas ao microempreendedorismo;**
- d) Identificar dados de políticas públicas ligadas aos grupos de interesse, bem como dados de trabalho e renda, que justifiquem a criação iniciativas para promover o microempreendedorismo;**
- e) Incentivar iniciativas de apoio a inovação, bem como formações técnicas e em planejamento estratégico, para microempreendedores.**
- f) Promover a criação de incubadoras e aceleradoras focadas no apoio ao o público de baixa renda.**

### 4) Lista de iniciativas do Poder Executivo

Para referência e inspiração, a seguir, apresenta-se uma amostra das iniciativas do Poder Executivo identificadas neste estudo.

Quadro 3 - Exemplos de iniciativas do Poder Executivo

ESFERA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
UNIÃO	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Ministério da Cidadania: execução do programa “Progredir”, que propõe ações de incentivo ao empreendedorismo por meio do Microcrédito Produtivo - um empréstimo, em dinheiro, oferecido ao microempreendedor de baixa renda por instituições parceiras do Progredir, exclusivamente para se melhorar, ampliar ou iniciar um negócio.
UNIÃO	Acesso à formação técnica	Acordo entre Banco Nacional de Desenvolvimento e o Sebrae para oferta de oficinas que auxiliem os empreendedores no gerenciamento e desenvolvimento de suas atividades, sendo as oficiais ligadas as ações de incentivo financeiro.
UNIÃO	Oferta de apoio especializado, que dialogue com os desafios e peculiaridades de grupos prioritários	Ministério da Agricultura: desenvolve programas de cooperativismo e associativismo voltados à mulheres, jovens e comunidades locais. As capacitações focam no gerenciamento comercial, educação para o empreendedorismo, e no desenvolvimento de iniciativas internacionais para consumo de produtos oriundos do cooperativismo.



ESFERA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
ACRE	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Notícia relativa ao serviço integrado de atendimento ao cidadão - OCA que, a exemplo do modelo Poupatempo, reúne diferentes serviços públicos, incluindo o atendimento do SEBRAE.
RIO BRANCO	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Feira da Semana dos MEIs, reunindo microempreendedores e o Sebrae, com o objetivo de informar os microempreendedores sobre regras em geral.
RIO BRANCO	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Movimento do Sebrae chamado "Compre do Pequeno Negócio", lançado em 2015, para estimular o consumo para o microempreendedor.
RIO BRANCO	Acesso à formação técnica	Atuação conjunta entre governo estadual e municipal, em parceria com o Sebrae, para oferta de cursos de formação em microempreendedorismo.
AMAZONAS	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Notícia sobre aumento de acesso a microcrédito, em 2018, informando sobre a atuação conjunta de parceiros da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Sebrae, Fundo de Promoção Social - Programa Renda Certa e o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia).
MANAUS	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Parceria entre o Governo Municipal e a Defensoria Pública do Estado para que tenham uma sala de atendimento ao público em centro de comércio, que tem um grande número de microempreendedores. A proposta é fortalecer a atividade local e ampliar o atendimento da população.
MANAUS	Acesso à formação técnica	Governo Municipal, através das Secretarias de Agricultura, Administração, Planejamento e Gestão e a Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional, promovem capacitação para microempreendedores sobre incremento de lucros e comércio online.
MANAUS	Acesso à formação técnica	Oficinas para microempreendedores que atuam com culinária, em parceria com chefes de cozinha renomados e o Fundo Manaus Solidária (fundo municipal).
MANAUS	Apoio à inovação de produtos e serviços	Parceria entre Município e Associação civil que trabalha com reciclagem e preservação ambiental para fornecimento, à Secretaria Municipal de Limpeza Urbana, de sacos plásticos cem por cento reciclados.
MANAUS	Apoio para planejar o futuro do negócio	Capacitação em gestão de negócio, oferecida pela Prefeitura, para microempreendedores permissionários da própria Prefeitura.
BAHIA	Oferta de apoio especializado, que dialogue com os desafios e peculiaridades de grupos prioritários	Formação de jovens em cumprimento de medida sócio educativa (decorrente de ato infracional equiparado a crime) com foco em microempreendedorismo, incluindo recebimento de bolsa-auxílio.



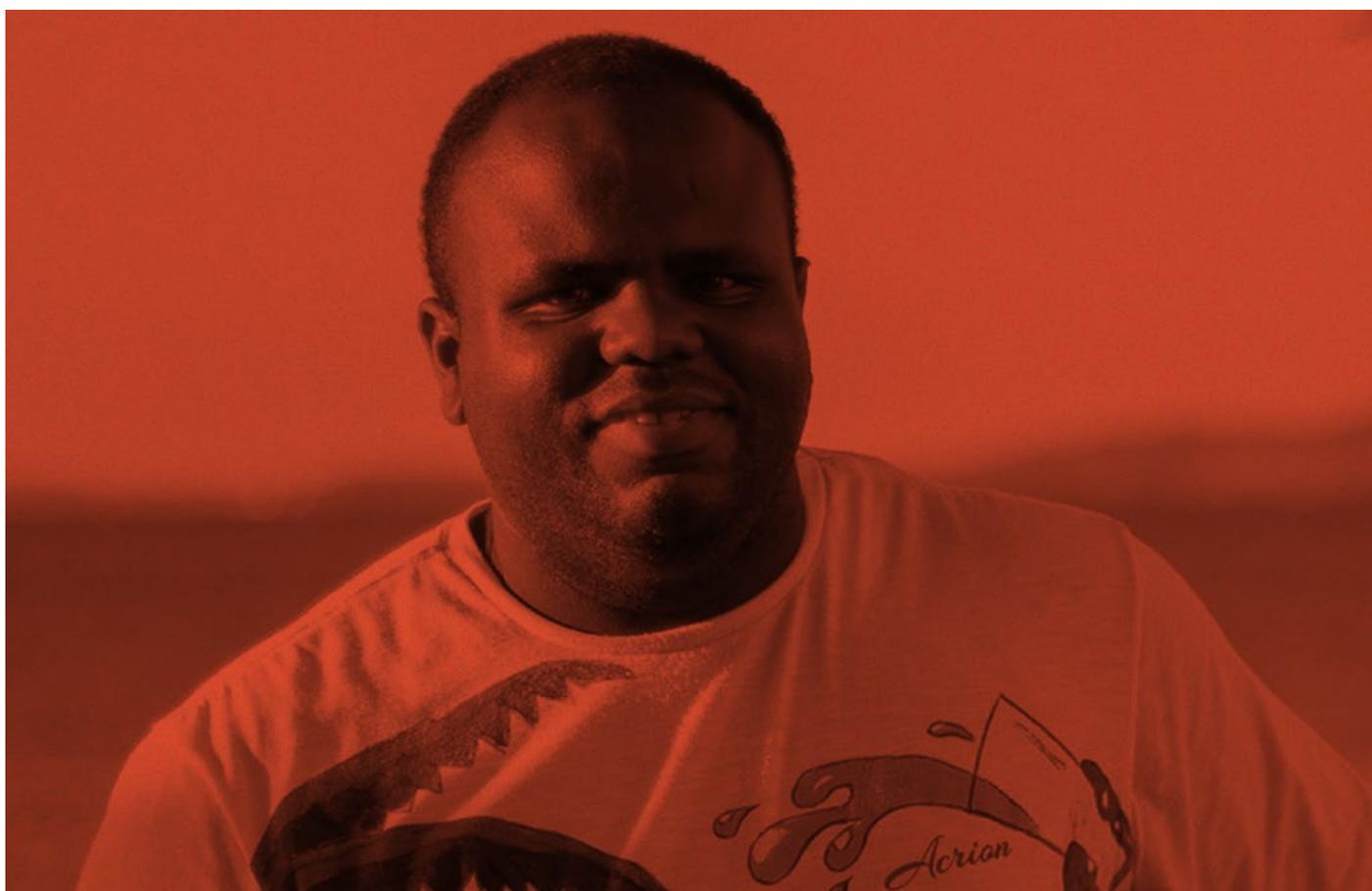
ESFERA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
BAHIA	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Programa de Microcrédito - CrediBahia, ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Setre e Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A - DESENBAHIA, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e as prefeituras municipais. O programa disponibiliza cinquenta e seis milhões de reais para atividades de fomento a microempreendedor em todo o Estado, inclusive para empreendedores informais que pretendam organizar seu negócio.
FORTALEZA	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Atuação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico na implementação do Projeto Meu Bairro Empreendedor, com proposta de abertura de centros de referência ao empreendedor descentralizados pela cidade.
FORTALEZA	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Termo de cooperação entre a Prefeitura e o Sebrae para iniciativas de fortalecimento das Políticas municipais de microcrédito e microempreendedorismo.
DISTRITO FEDERAL	Acesso à formação técnica	Programa Qualifica Mais Brasília, que oferece cursos profissionalizantes para quem quer aprender uma nova atividade profissional ou reciclar seu aprendizado. O programa tem um eixo específico para o empreendedorismo, com informações sobre como administrar e criar seu próprio negócio.
VITÓRIA	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Cooperação entre a Prefeitura e o Sebrae para realização da Semana do Microempreendedor Individual, com a finalidade de gerar informação sobre negócios em toda a cidade de Vitória.
GOIÂNIA	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Abertura de centro de atendimento (Atende Fácil) que reúne serviços diversos. Entre eles, o de atendimento ao microempreendedor (sob responsabilidade da Secretaria de Finanças).
GOIÂNIA	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Parceria entre a Prefeitura e a Junta Comercial, através da Secretaria Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia, para criar a Redesim, sistema simplificado para abertura e regularização administrativa de microempresas.
GOIÂNIA	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Programa Empreende Gyn, voltado ao acesso a linhas de crédito, capacitação e mentoria para microempreendedores, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia.
MATO GROSSO DO SUL	Apoio à inovação de produtos e serviços	Feira de Empreendedor, visando dialogar sobre tecnologias e a economia 4.0.
CAMPO GRANDE	Incubadoras e aceleradoras focadas no apoio a pequenos negócios iniciados por empreendedores de baixa renda.	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia voltadas à realização de feiras para microempreendedores, nas áreas de gastronomia e nutrição, de gastronomia e nutrição, bem como incentivo para formação de incubadoras para empreendedorismo.
BELO HORIZONTE	Acesso à formação técnica	Desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, consiste em atividades de formação para microempreendedores junto ao Centro de Referência da Assistência Social;



ESFERA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
BELO HORIZONTE	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Instalação da “Sala Mineira do Empreendedor”, que reúne diferentes serviços e visa facilitar o acesso do microempreendedor aos serviços públicos.
PARÁ	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Ação descentralizada para oferta de serviços públicos, incluindo diversos parceiros, entre eles o Sebrae, que oferece informação sobre como administrar o próprio negócio.
PARÁ	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Acesso a microcrédito para mulheres empreendedoras, realizado pelo Programa CredCidadão.
BELÉM	Acesso à formação técnica	Centro de Referência da Assistência Social, vinculado à Secretaria de Assistência Social, realizou curso de formação para microempreendedores em regiões periféricas da cidade de Belém.
PARANÁ	Acesso à formação técnica	Curso a distância, oferecido pela Universidade Estadual de Londrina, para empreendedores que poderão também acessar fomento financeiro (valores entre trezentos e três milhões de reais).
PARANÁ	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social oferece o programa “Paraná Juro Zero”, linha de crédito especial para Famílias em situação de vulnerabilidade. O programa acontece de forma descentralizada, podendo ser realizado em municípios que aderirem ao mesmo.
RECIFE	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	O programa “Crédito Produtivo do Recife” é desenvolvido nas Salas do Empreendedor, através da Gerência Geral de Trabalho e Renda, e conta com uma rede de atuação que envolve duas instâncias administrativas do Governo: o Banco do Povo (gerenciado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico) e a Agência de Fomento do Recife.
RIO GRANDE DO NORTE	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Acesso a microcrédito para empreendedor através de atividades da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte.
RIO GRANDE DO SUL	Acesso à formação técnica	Iniciativa desenvolvida pelo “Programa Gaúcho de Artesanato” que visa a formação de artesãos e o fortalecimento da gestão microempreendimentos no estado.
PORTO ALEGRE	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Qualificação de servidores públicos, pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, para melhorar o atendimento a microempreendedores na “Sala do Empreendedor”.
SÃO PAULO	Participação dos organismos públicos no apoio a microempreendedores	Centro de Integração da Cidadania e Sebrae realizam atividade de capacitação e regularização documental para microempreendedores.
SÃO PAULO	Acesso à formação técnica	Atividades nas Escolas Técnicas do Estado - ETEC, com as Faculdades Técnicas do Estado - FATEC e o Sebrae para realização de encontros sobre empreendedorismo, incluindo oficinas sobre abertura de microempresas.



ESFERA	FOCO	RECORTE DA INICIATIVA
SÃO PAULO	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Programa “Banco do Povo” disponibiliza microcrédito para empreendedores formais e informais.
SÃO PAULO	Oferta e acesso a crédito para microempreendedores	Acesso a linhas de microcrédito para empreendedores que tenham sido prejudicados pelas chuvas em municípios paulistas.
SÃO PAULO	Acesso à formação técnica	Cursos de empreendedorismo para imigrantes, oferecido pelo Centro de Integração da Cidadania.
PALMAS	Acesso à formação técnica	Evento para formação e orientação de feirantes sobre gestão financeira, manipulação de alimentos e microcrédito, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.
PALMAS	Incubadoras e aceleradoras focadas no apoio a pequenos negócios iniciados por empreendedores de baixa renda.	Fundação Municipal do Meio Ambiente, em parceria com órgãos estaduais, Ministério Público Estadual e a Universidade Federal do Tocantins, discutiram a criação de uma incubadora social para fortalecimento dos empreendimentos de catadores que atuam em programas de coleta seletiva.
PALMAS	Apoio à inovação de produtos e serviços	A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego realizou a 5ª edição da Startup Weekend Agrotech Palmas, encontro voltado ao desenvolvimento de iniciativas para fortalecimento da agricultura local.





**D.** Poder  
Judiciário



O **Poder Judiciário** é a terceira estrutura do poder público que a República Federativa do Brasil identifica, em sua Constituição Federal de 1988, como responsável pelo gerenciamento do Estado

brasileiro. A função do Poder Judiciário é a exercer a jurisdição, ou seja, indicar quando um direito deve ser respeitado, em face à uma situação de violação desse direito, bem como atuar na

interpretação dos direitos e ajustar soluções, em casos de conflitos e violações às leis. A forma como este Poder ser organiza é apresentada no **organograma** abaixo:

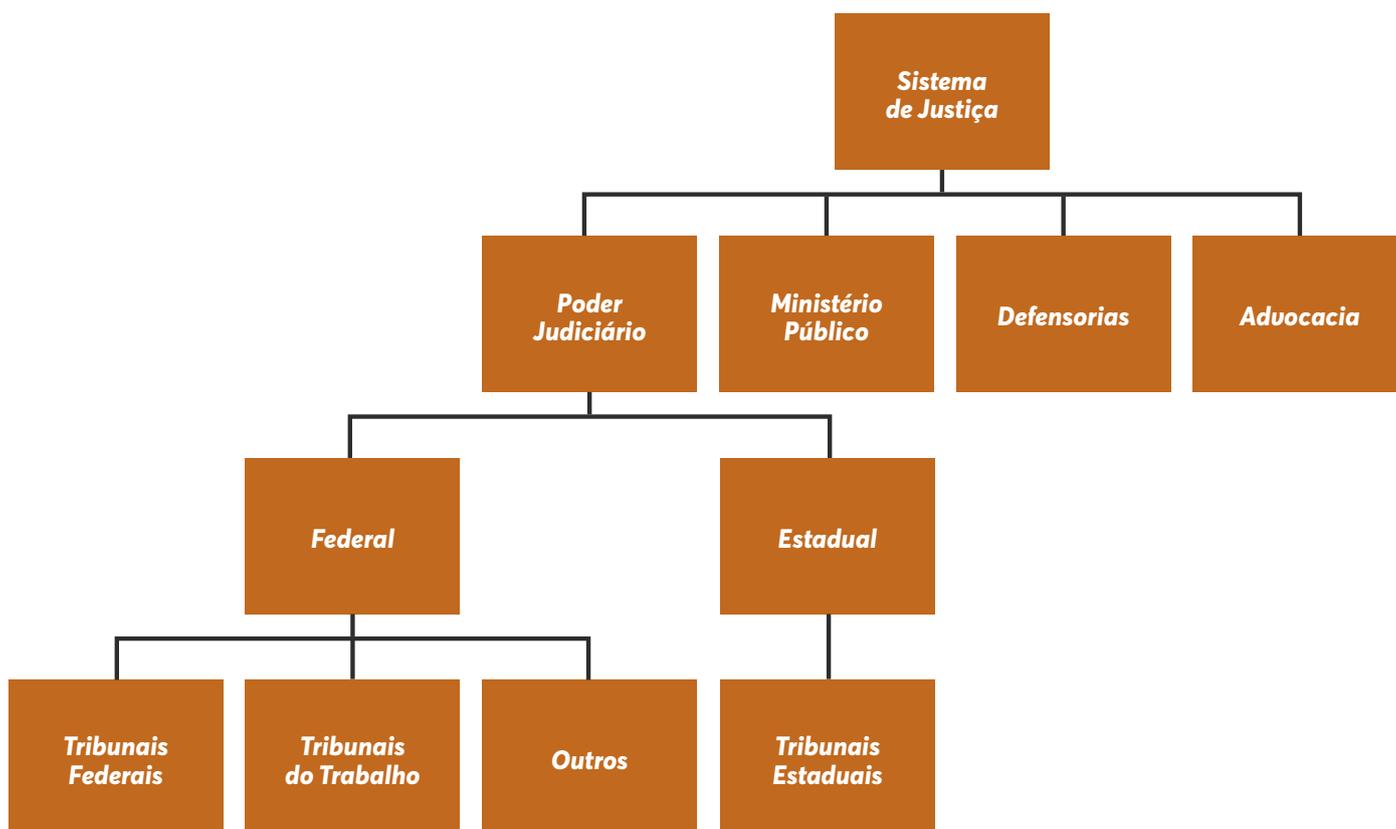


Figura 3. Organograma do Poder Judiciário.

A intenção é mapear propostas e iniciativas que, de alguma forma, colaboram com as diretrizes de políticas públicas de microempreendedorismo.

Este mapeamento também compreende a análise dos chamados 'órgãos essenciais à justiça' que atuam para garantir a toda sociedade o acesso e defesa de direitos.

Esses órgãos atuam de forma independente do Poder Judiciário e são representados, por exemplo, pelos Ministérios Públicos, Advocacia e Defensorias Públicas.

No total, foram encontradas 33 iniciativas do Poder Judiciário: **05 iniciativas em âmbito federal e 28 iniciativas em âmbito estadual** (vide Gráfico 9).

Os resultados são detalhados nos tópicos a seguir.

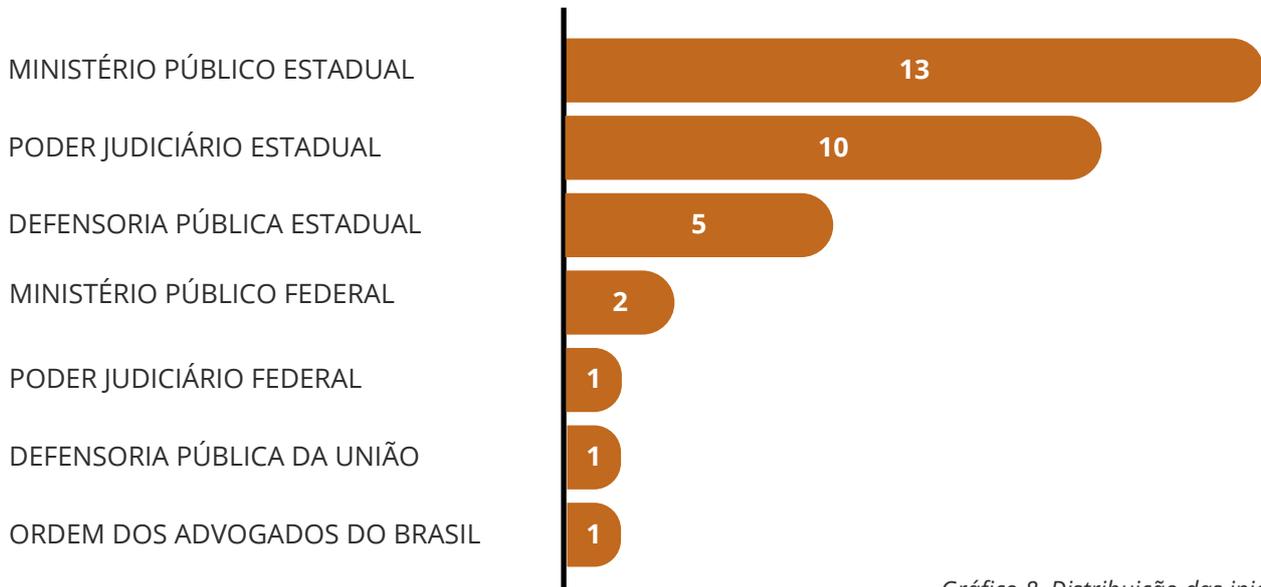


Gráfico 8. Distribuição das iniciativas no âmbito do Sistema Judiciário.

### 1) Foco do Poder Judiciário (plataforma LexML)

Devido ao pequeno número de iniciativas do Poder Judiciário encontradas, foi realizada, em paralelo, uma pesquisa na plataforma LexML, para se obter uma amostra do foco das decisões judiciais, em âmbito nacional. Para tal, buscou-se pelos

termos “microcrédito”, “empreendedor” e “microempreendedor”. Essa plataforma é uma “iniciativa do governo eletrônico brasileiro com o objetivo de estabelecer padrões abertos, integração de processos de trabalho e compartilhamento de dados, no contexto da identificação e estruturação de informações legislativas e jurídicas”<sup>3</sup>. A plataforma

apresenta uma coletânea de jurisprudências. Estas são decisões judiciais que servem como orientação para o julgamento de casos semelhantes e representam o entendimento adotado por um Tribunal sobre uma determinada questão. O resultado dessa pesquisa retornou os seguintes registros:

- a) 16 decisões relativas ao termo microcrédito:** a maioria das decisões versa sobre dois assuntos: i) relações de terceirização do trabalho (Justiça do Trabalho); ii) contratos públicos irregulares;
- b) 1134 decisões relativas ao termo empreendedor:** a abrangência permitiu analisar algumas decisões, que, entre outros temas, tratavam de: contratos públicos irregulares, irregularidades de gerenciamento financeiro, irregularidades ambientais, irregularidades nas relações de trabalho e irregularidades fiscais;



**c) 18 decisões relativas ao termo microempreendedor:** as decisões versavam sobre assuntos ligados à irregularidades trabalhistas e fiscais.

## 2) Distribuição de iniciativas por estados e entidades do Sistema de Justiça

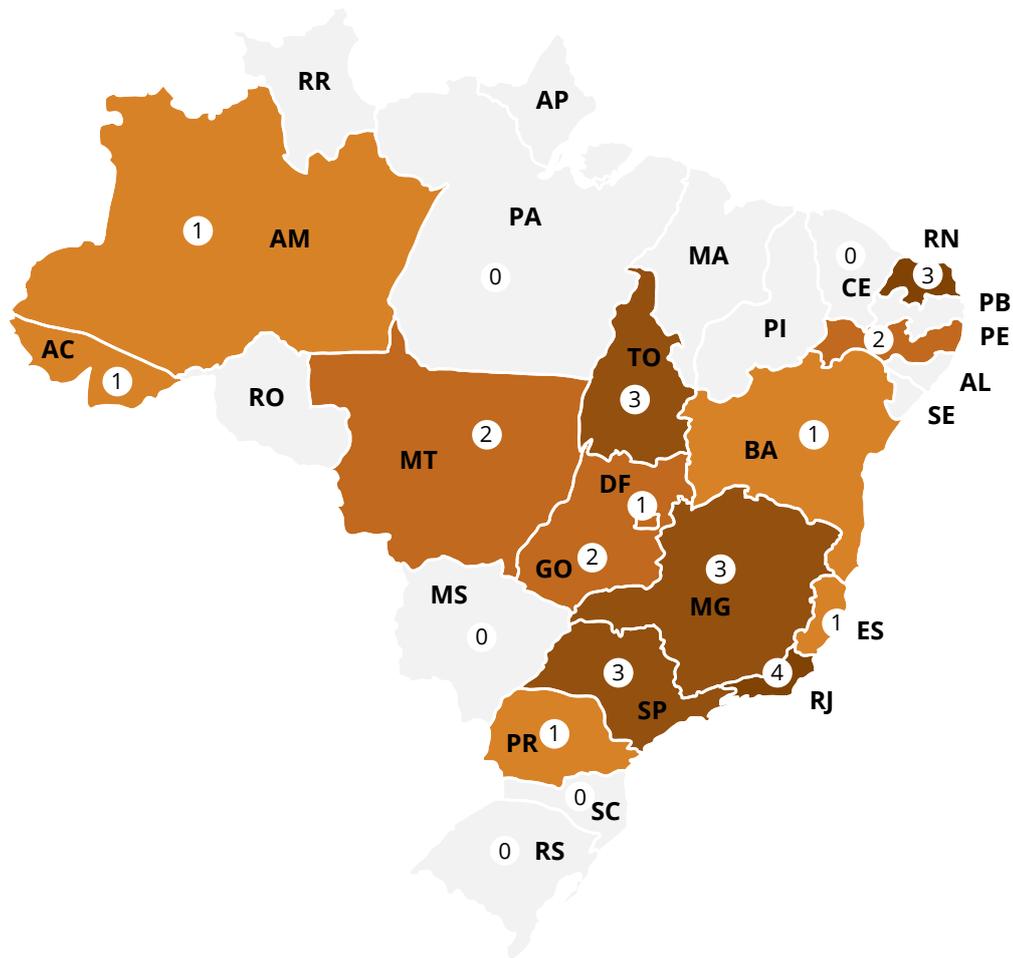
As Tabelas 1 e 2, abaixo, apresentam o número de iniciativas encontradas em nível estadual.

Tribunais Estaduais	TOTAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	4
AMAZONAS	1
BAHIA	1
ESPÍRITO SANTO	1
PERNAMBUCO	1
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	6
GOIÁS	1
MATO GROSSO	1
MINAS GERAIS	1
PARANÁ	1
RIO DE JANEIRO	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

Órgãos Independentes	TOTAL
DEFENSORIA PÚBLICA	5
MINAS GERAIS	1
RIO GRANDE DO NORTE	1
TOCANTIS	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	13
ACRE	1
DISTRITO FEDERAL	1
GOIÁS	1
MATO GROSSO	1
MINAS GERAIS	1
PERNAMBUCO	1
RIO DE JANEIRO	3
RIO GRANDE DO NORTE	1
SÃO PAULO	3
<b>Total</b>	<b>18</b>

Com 13 iniciativas, os Ministérios Públicos são os mais atuantes.

Tabelas 1 e 2: Número de Iniciativas do Sistema da Justiça, por estado.



Mapa 4. Total das iniciativas do Sistema de Justiça dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

### 3) Oportunidades identificadas

Com base na leitura das iniciativas, é possível

recomendar algumas ações e temas para futuras pesquisas com o objetivo de apoiar as atividades do Poder Judiciário

e, conseqüentemente, ampliar o impacto de suas ações. São elas:

- a) Desenvolvimento de campanhas de informação pública sobre direitos e deveres trabalhistas, tributários, ambientais e empresariais. Muitas vezes, esses direitos e deveres são desconhecidos pela população de baixa renda que empreende. Além disso, muito além de direitos e deveres empresariais, temas como violência doméstica, trabalho para jovens e combate ao trabalho infantil, regularização migratória, regras ambientais e de saneamento, compõem um panorama de acesso a informação e cidadania que ultrapassa a lógica da gestão empresarial;**



**b) Defesa e melhoria da gestão de políticas públicas que organizem a atividade de microempreendedores no Brasil, por meio dos Ministérios Públicos;**

**c) Realização de Termos de Cooperação entre os atores do sistema de justiça e as organizações do ecossistema de apoio ao microempreendedor, com foco em atividades de formação, produção de pesquisa e conteúdo para difusão de conhecimento público.**

#### 4) Lista de iniciativas do Poder Judiciário

Para servir de referência, apresenta-se uma amostra das iniciativas do Poder Judiciário identificadas pela pesquisa.

Quadro 4 - Exemplos de iniciativas do Poder Judiciário

ESFERA	UNIDADE	ÓRGÃO	INICIATIVAS
FEDERAL	UNIÃO	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	A iniciativa foi desenvolvida em uma atividade regional, integrando o Governo do Estado e o Sebrae. O Ministério Público Federal participou através das atividades que desenvolve na 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atuante na área do controle sobre a ordem econômica. Foi destacado o papel do Ministério Público em zelar pelas políticas públicas, além do fundamental o papel das micro e pequenas empresas no Brasil, defendendo “que o artigo 179 da Constituição Federal prevê tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, tendo o Estado compromisso em reduzir tributos para o setor”. A iniciativa também ressaltou como funcionam as regras de gestão de empreendedorismo, defendendo o não recolhimento de cota patronal si.
ESTADUAL	AMAZONAS	TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	Iniciativa que visa dar apoio ao microempreendedorismo para pessoa em situação de cumprimento de pena (condenados judicialmente por ato criminoso e estando em fase de cumprimento de pena, através de execução criminal).
ESTADUAL	BAHIA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	Iniciativa, realizada em parceria com o Sebrae, que visa informar e orientar microempreendedores sobre soluções relativas a procedimentos judiciais e mecanismos de conciliação e acordos, que podem ser feitos entre os interessados em solucionar conflitos e, depois, levados ao conhecimento do Poder Judiciário Estadual.
ESTADUAL	ESPÍRITO SANTO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	Iniciativa da Coordenadoria dos Juizados Especiais, em parceria com a Agência de Desenvolvimento da Microempresa e do Empreendedorismo do Estado, bem como com a Defensoria Pública do Estado. A iniciativa é um mutirão para orientação em direitos, abertura e formalização de microempresas e outras demandas de solução consensual.
ESTADUAL	PERNAMBUCO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	Iniciativa denominada Semana de Conciliação, que viabilizou a solução de dívidas adquiridas por microempreendedores.



ESFERA	UNIDADE	ÓRGÃO	INICIATIVAS
ESTADUAL	GOIÁS	MINISTÉRIO PÚBLICO	Notícia, encontrada no site do Ministério Público, sobre atuação para regulamentação de atividades de microempreendedores nos municípios, visando regularizar atividades empresariais e o fornecimento de serviços. Entre as questões debatidas, estavam a regularização do transporte de mototáxi e o respeito às regras de vigilância sanitária para venda de produtos.
ESTADUAL	MINAS GERAIS	DEFENSORIA PÚBLICA	No site da Defensoria Pública foi identificada iniciativa de parceria, no ano de 2017, entre a instituição e o Sebrae, para a garantia de ações de orientação jurídica para o microempreendedor.
ESTADUAL	RIO GRANDE DO NORTE	DEFENSORIA PÚBLICA	No site da Defensoria Pública foi identificada, no ano de 2017, iniciativa de parceria e participação na aula inaugural dos cursos de Horticultura Agroecológica e Eletricista Básico para presos do regime semiaberto no Estado. Nos cursos foram abordados temas como formas de gestão e oportunidades de atuação em grupos cooperativos ou como microempreendedores. A iniciativa foi liderada pela Defensoria Especializada em Execução Penal de Novo Hamburgo, com atribuições no Presídio Estadual de Taquara, e contou também com a participação da Superintendência de Serviços Penitenciários, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e com a Prefeitura Municipal de Rolante
ESTADUAL	SÃO PAULO	MINISTÉRIO PÚBLICO	Produção de cartilha sobre empreendedorismo.





# Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo entender como organismos públicos atuam no fortalecimento das políticas públicas de microempreendedorismo e microcrédito no Brasil. Foram identificadas **319 iniciativas de apoio ao empreendedorismo** no país, distribuídas da seguinte forma: 124 no Poder Legislativo, 162 no Poder Executivo e 33 no Poder Judiciário.

A análise das iniciativas, permite afirmar que as políticas de empreendedorismo no Brasil focam, especialmente, em questões relacionadas à cultura empreendedora (46%)

e com ao apoio a grupos prioritários (23%). São ainda poucas as políticas que apoiam diretamente empreendedores de baixa renda, especialmente no que concerne à educação empreendedora (5%) e infraestrutura pública (5%).

Do mesmo modo, ainda são poucas as políticas de financiamento (12%), apoio essencial para o fomento de atividades de empreendedorismo no país. O levantamento demonstrou que há caminhos para potencializar o impacto do organismo público e que existe espaço para melhoria da infraestrutura

na administração pública, principalmente em âmbito municipal. Essa melhoria pode representar uma ponte para reduzir a distância do setor público dos demais atores do ecossistema de apoio aos empreendedores.

Espera-se, portanto, que os responsáveis pelas elaborações e execuções das políticas de empreendedorismo no país levem em consideração a relevância de iniciativas voltadas ao fortalecimento desse ecossistema, a fim de ampliar as chances de sobrevivência e sucesso dos microempreendedores no Brasil.





**empreender**<sup>360</sup>

Para saber mais sobre a pesquisa  
e o programa, acesse:

[www.empreender360.org.br](http://www.empreender360.org.br)



**BANK OF AMERICA** 